

Corrupção citada por Mourão será institucionalizada caso a PEC 32 seja aprovada

O vice-presidente Hamilton Mourão evocou a corrupção como lugar comum no Ministério da Saúde. Ele só se esqueceu de dizer que a má gestão se dá por indicações políticas e cargos comissionados, o que pode se agravar com a reforma Administrativa.

Tentando afastar a possibilidade de um impeachment de Jair Bolsonaro, impulsionado nos últimos dias pelas denúncias feitas por um servidor do Ministério da Saúde que repercutem na CPI da Covid no Senado, o vice-presidente Hamilton Mourão usou a ideia de que o ministério "sempre foi um lugar onde a corrupção andou". A declaração trouxe revolta a servidores concursados de carreira que podem ser punidos com exoneração caso adotem conduta irregular no exercício de suas funções. Essa é mais uma afronta do governo Bolsonaro ao conjunto do funcionalismo.

"O grande curso de corrupção na estrutura da administração pública tem se dado na sua totalidade por cargos comissionados, indicados políticos e gestores irresponsáveis", pontuou. Mourão omitiu que a corrupção citada por ele poderá ser institucionalizada e se tornar prática corriqueira com a proposta de reforma Administrativa que o governo Bolsonaro quer impor ao Brasil com a aprovação da PEC 32/20.

O diretor do departamento de Logística que foi exonerado nessa quarta-feira, 30, era um apadrinhado de Ricardo Barros, ambos citados em denúncias sobre propina envolvendo a compra de vacinas para a Covid-19. Questionado sobre a indicação ter sido feita já no governo Bolsonaro, Mourão disse que 'não tinha conhecimento de esquemas que pudessem estar em curso no Ministério da Saúde'. "A situação veio através de uma denúncia de servidor concursado que tem direito a estabilidade justamente para que proteja os interesses da população brasileira e não de terceiros interessados em lucrar com a vida do povo", destacou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef. O fim da estabilidade de serviços públicos é mais uma das graves ameaças contidas na reforma Administrativa.

Frente exige a saída do deputado Ricardo Barros da Comissão Especial e a imediata descontinuidade da discussão da Reforma Administrativa

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) reagiu à continuidade da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 na Câmara dos Deputados.

Em nota publicada a Frente denuncia o esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin e questiona o Congresso Nacional que continua a discussão da Reforma Administrativa. A Servir Brasil exige o afastamento do parlamentar Ricardo Barros, da Comissão Especial que debate a proposta. Ricardo Barros, é uma das pessoas suspeitas de envolvimento em irregularidade nos contratos de compras de vacinas pelo Ministério da Saúde. Confira a nota na íntegra:

"A Frente Servir Brasil é contrária à continuidade da discussão da PEC 32/2020 na Câmara dos Deputados. Diante da grave denúncia sobre a compra da vacina Covaxin, esse não é o momento do Congresso Nacional se debruçar na discussão da Reforma Administrativa proposta pelo governo de Jair Bolsonaro. Além disso, diante das suspeitas de envolvimento do deputado Ricardo Barros, líder do governo, em irregularidades nos contratos de compras de vacinas pelo Ministério da Saúde, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público pede o afastamento do parlamentar da Comissão Especial que debate a Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados. Não há condições de o congressista permanecer no grupo, enquanto as investigações estiverem em curso. Não se afigura minimamente razoável que o mesmo Governo que reiteradas vezes se mostra perpetrando a prática de abuso institucional contra servidores do INEP, IBAMA, e agora, com o próprio Ministério da Saúde, oriente uma reforma administrativa como é a PEC 32/2020. É notório que além do já demonstrado objetivo fiscalista da PEC, existe também um projeto autoritário que em primeiro momento buscava a possibilidade de extinguir órgãos por meio de um ato simples e precário, e agora, busca coibir servidores que só conseguem se manter firmes em suas

denúncias graças a estabilidade que foi constitucionalmente concedida após aprovação em um concurso público. A denúncia em relação a compra de vacinas é mais um exemplo da importância da permanência do direito à estabilidade dos servidores públicos. Se a PEC 32 já estivesse sido aprovada, denúncias como essa seriam praticamente impossíveis de serem levadas adiante por um servidor do Ministério da Saúde. Não podemos deixar que os servidores públicos sejam pressionados ou achincalhados a não denunciarem casos de corrupção no Brasil". (Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público - Brasília, 28 de junho de 2021)

Dia 03/07 – Todos às ruas pelo Fora Bolsonaro

A terceira onda de manifestações pelo 'Fora, Bolsonaro', marcada para este sábado, 03 de julho, já conta com atos em mais de 180 cidades em todo o Brasil. Em Minas Gerais, além de Belo Horizonte, outras 34 cidades já confirmaram atividades, tais como Barbacena, Brumadinho, Campo Belo, Caxambu, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Formiga, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Itajubá, Itaúna, João Monlevade, Juiz de Fora, Mariana, Montes Claros, Oliveira, Ouro Branco, Ouro Preto, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Sacramento, São João del Rei, Sete Lagoas, Tiradentes, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Varginha e Viçosa. **Em Belo Horizonte, a manifestação acontecerá a partir das 14h, na Praça da Liberdade. E de lá seguirá em carreta pelas ruas da cidade.**

As manifestações, convocadas pela CUT, centrais e movimentos que integram as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, são essenciais para reforçar a pressão para que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) dê andamento ao processo de impeachment de Bolsonaro.

E as denúncias de corrupção na compra de vacinas no governo Bolsonaro reforçam a mobilização neste dia 03/07, que pede ainda auxílio emergencial de R\$ 600, vacinas para todos e todas, mais investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) e na educação e emprego e é contra as privatizações e contra a reforma Administrativa.

Ao povo não resta outra alternativa a não ser tomar as ruas e pressionar pela saída deste que é um dos, senão o pior governo da história do nosso país. Somente com o fim deste governo o país pode começar a pensar novamente em uma recuperação econômica com geração de emprego e renda e com políticas sociais de proteção ao povo brasileiro, em especial os mais pobres, que foram mais impactados pela pandemia.

Diante do quadro de caos que se apresenta, o processo de mobilização popular é inevitável, pois o Brasil volta a figurar no mapa da fome, por conta de uma política econômica voltada a favorecer o agronegócio, encarecendo os alimentos que já faltam nas mesas dos brasileiros. No setor de combustíveis, a política de preços asfixia a economia e a população convive com aumentos constantes dos preços dos combustíveis, inclusive, do gás de cozinha.

Mas a agenda de desmonte do Estado Brasileiro segue firme no Congresso Nacional. Nas últimas semanas assistimos a privatização da Eletrobrás por meio de medida provisória. E a consequência disso todos nós já sabemos: aumento da conta de energia elétrica, precarização do serviço e até apagões. A Reforma Administrativa, outro capítulo do desmonte do país, visa acabar com os serviços públicos para a população. Quem não se sentir seguro para participar da atividade de forma presencial, pode contribuir com a mobilização nas redes sociais pela hashtag #3JForaBolsonaro.

Seja de forma presencial, seja virtual, precisamos participar. O que está em jogo neste país é a democracia, a saúde pública, a segurança alimentar dos brasileiros etc. Não podemos abrir mão de nada disso, muito menos aceitar um governo corrupto e um presidente da República criminoso como esse.

Importante! Assim como nos atos dos dias 29 de maio e 19 de junho serão tomadas todas as medidas de segurança, como o uso de máscara, álcool em gel e distanciamento social.

